

**ATA DE REUNIÃO Nº 03/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID**

Aos 18 dias do mês de março de 2026, às 10h00min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em fevereiro/2026: Composição da Carteira de Investimentos:** Fundos em Renda Fixa: **24,11%**; Fundos em Renda Variável: **5,37%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **70,53%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 438.436.641,01**. Recursos em Conta Corrente: R\$ 150,52. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês:** 0,70%. **Rendimento:** R\$ 3.065.871,33. **Destaques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 0,78%, com valor acumulado em **R\$ 309.218.389,31**; 2) Variação negativa do investimento: Caixa Ações Livre, com retração de R\$ 405.428,43 em saldo e rentabilidade percentual negativa em -1,69%. **Aplicações:** R\$ 27.954.246,24 de saldo movimentado. **Resgates:** R\$ 27.876.959,77 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi positivo: R\$ 77.286,47. **Distribuição dos recursos do INPREVID:** BB Gestão DTVM: 14,02%; Caixa DTVM: 15,45%; e Títulos Públicos: 70,53%. Antes de iniciar os assuntos pertinentes a este comitê, o contador Rodrigo Vescovi e o comitê, participaram de uma reunião com a empresa de consultoria SMI, que abordou os seguintes assuntos: Cenário econômico e o futuro dos investimentos frente a nova resolução CMN 5.272/2025. Após conversa com a SMI, seguiu-se com os assuntos do mês, o presidente apresentou aos conselheiros o pagamento dos cupons das NTN-B's e fundo Vértice que estava previstos, no valor de R\$ 5.614.015,34, em títulos de vencimentos de anos pares, e o valor de R\$ 5.607.951,65 foi reaplicado em uma nova NTN'B com vencimento 08/2030 a uma taxa de IPCA+7,6710% a.a. Na sequência o presidente corrigiu a informação que ficou registrada na ata da reunião de 18 de fevereiro de 2026 deste comitê, nº 02/2026, que menciona, equivocadamente, o “descredenciamento” dos fundos de investimento, BB FIC Prev. Perfil Renda Fixa (13.077.418/0001-49) e BB FIC Previdenciário Fluxo (13.077.415/0001-05). Esclareceu que os referidos fundos não foram descredenciados, mas sim que apenas não podem mais receber novos aportes deste RPPS, enquanto mantido Nível inferior a II do Pró-Gestão, de acordo com a Resolução CMN 5.272/2025. Na sequência, os membros do comitê de investimentos consignaram que o presidente, e gestor de recursos do INPREVID, fica autorizado a aplicar as disponibilidades de caixa, bem como resgatar valores para pagamento de obrigações, em Fundos de Investimentos já credenciados, classificados como de baixo risco, referenciados DI ou IRF-M1 e com prazo de resgate D+0, de modo a promover maior racionalidade na gestão dos recursos disponíveis, não ficando limitado a fundos com mecanismo de aplicação e resgate automáticos. Registrou-se, por fim, que o referido procedimento já vinha sendo consistentemente adotado na prática, porém ainda não havia sido formalmente consignado em ata, razão pela qual, a pedido do presidente, procede-se ao presente registro para fins de formalização e transparência. Posteriormente, o presidente informou sobre o relatório do



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

cálculo atuarial realizado pela empresa Lumens Atuarial. Relatório esse entregue no dia 06/03/2026, e já encaminhado aos membros do comitê de investimentos por meio digital em 16/03/2026. O mesmo demonstrou um superávit de R\$ 40.611.172,75 na data base 31/12/2025, calculado pelo método de financiamento agregado ortodoxo, considerando o plano de amortização do déficit atuarial vigente aprovado em Lei do município. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

ANEXO 1: COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA

No último dia do mês de fevereiro, o mundo foi surpreendido por um ataque coordenado dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Segundo o The Wall Street Journal, os serviços de inteligência israelenses e americanos vinham monitorando uma possível reunião entre altos líderes políticos e militares iranianos, considerada uma oportunidade estratégica para neutralizá-los simultaneamente. A motivação do ataque decorreu do insucesso das negociações com o Irã, que não teria demonstrado disposição para encerrar o enriquecimento de urânio nem para desmantelar seu programa de mísseis balísticos, levando à adoção de uma alternativa fora da via diplomática com o objetivo de enfraquecer o regime iraniano. O ataque resultou na morte do aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do Irã e principal autoridade decisória do país, além de outras figuras políticas e militares relevantes. O episódio marca um ponto de inflexão na geopolítica do Oriente Médio e amplia as incertezas em torno da estabilidade da região. Nos dias seguintes, o conflito escalou rapidamente após medidas retaliatórias da Guarda Revolucionária do Irã contra países árabes do Golfo que abrigam bases americanas. Para os mercados, no entanto, o principal risco não está necessariamente no conflito em si, mas em seus potenciais efeitos sobre o fluxo global de energia, especialmente diante dos temores de interrupção no transporte de petróleo através do Estreito de Ormuz. Dadas essas circunstâncias, o Estreito de Ormuz assume papel central na dinâmica do conflito. Trata-se de uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, localizada entre o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã, com sua costa norte sob controle do Irã. Aproximadamente 20 milhões de barris de petróleo transitam diariamente pelo estreito, o equivalente a 20% da oferta mundial da commodity. Além disso, a região também é uma rota estratégica para o transporte de gás natural liquefeito (GNL), abastecendo principalmente Europa e Ásia. Com o início das hostilidades, o fluxo de navios-tanque que transportam petróleo bruto foi substancialmente reduzido. Diversas embarcações passaram a retornar aos portos de origem, alterar rotas ou permanecer ociosas nas proximidades da região, refletindo tanto o risco de ataques quanto a elevação expressiva dos prêmios de seguro marítimo. Um eventual bloqueio prolongado da passagem poderia provocar uma alta significativa nos preços do petróleo e nos custos de frete, pressionando os preços de energia e alimentando uma inflação global mais elevada. Do ponto de vista macroeconômico, choques relevantes nos preços do petróleo costumam se transmitir rapidamente para a inflação global. Esse tipo de movimento tende a elevar as expectativas inflacionárias no curto prazo e pode levar bancos centrais ao redor do mundo a adotarem uma postura mais cautelosa na condução da política monetária. Nesse cenário, aumentam as chances de manutenção de taxas de juros elevadas por mais tempo, caso os impactos inflacionários se mostrem persistentes. Para além da dimensão geopolítica, outro vetor importante para a economia global tem sido a política comercial dos Estados Unidos. Desde o primeiro mandato do presidente Donald Trump, sua política tarifária vem gerando incerteza nas relações comerciais internacionais. Durante seu segundo mandato, a intensidade dessas medidas ganhou ainda mais relevância, provocando disrupções nas cadeias de comércio de diversos países. Em 2 de abril de 2025, Trump anunciou a aplicação de tarifas universais e recíprocas sobre uma ampla gama de países, no evento que ficou conhecido como “Liberation Day”. A decisão desencadeou uma corrida global por negociações comerciais com os Estados Unidos, adicionando novas camadas de incerteza ao comércio internacional. O instrumento utilizado para impor parte dessas tarifas foi a International Emergency Economic Powers Act (IEEPA). O argumento da administração americana foi o de que o déficit comercial dos Estados Unidos representaria uma emergência de segurança nacional, o que permitiria a imposição de tarifas sem aprovação do Congresso. A IEEPA tornou-se, assim, um instrumento relevante de negociação comercial, conferindo maior

agilidade e poder de barganha ao governo americano. No entanto, no mês de fevereiro, a Suprema Corte dos Estados Unidos entendeu que Trump extrapolou suas prerrogativas ao utilizar a IEEPA para instituir tarifas sem consulta prévia ao Congresso. A decisão anulou todas as tarifas impostas por meio desse instrumento, reduzindo a taxa tarifária efetiva média da economia americana. Logo após a decisão judicial, Trump anunciou uma nova tarifa global de 15% com duração de 150 dias, desta vez baseada na Seção 122 da lei de comércio dos Estados Unidos. Segundo estimativas da Wharton School, essa medida deverá majorar novamente as tarifas para níveis historicamente elevados. Nossa avaliação é que a política tarifária americana continuará sendo implementada por meio de diferentes instrumentos legais, mantendo um ambiente de incerteza nas relações comerciais internacionais. A mudança no regime tarifário traz impactos positivos para alguns países que estavam sobretaxados pela IEEPA. Observam-se reduções tarifárias relevantes principalmente sobre o Brasil, China e Índia, uma vez que a Seção 122 substituiu alíquotas específicas que eram significativamente mais elevadas. A decisão também abriu espaço para pedidos de reembolso por parte das empresas afetadas. As estimativas de arrecadação tarifária associadas à IEEPA somam cerca de USD 170 bilhões, valor que poderá ser alvo de solicitações de ressarcimento ao longo dos próximos meses. No entanto, segundo o Goldman Sachs, o maior banco de investimentos do mundo, o impacto desses reembolsos tende a ser limitado, e as empresas provavelmente não reduzirão os preços de forma significativa em resposta à queda das tarifas. Além das incertezas relacionadas ao comércio internacional, a economia americana também enfrentou desafios domésticos relevantes no período recente. No final do ano passado ocorreu a paralisação do governo federal (“shutdown”) causada por um déficit de financiamento dos Estados Unidos, que durou entre 1º de outubro e 12 de novembro. A principal preocupação naquele momento estava relacionada aos possíveis impactos sobre o crescimento econômico do último trimestre do ano. Em fevereiro, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos divulgou a leitura do PIB, evidenciando que o shutdown teve impacto relevante ao reduzir a contribuição dos gastos governamentais e desacelerar o ritmo de expansão da economia americana. O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,4% no quarto trimestre de 2025, leitura abaixo das expectativas do mercado. Parte dessa desaceleração está diretamente associada ao shutdown, que afetou os servidores públicos e interrompeu temporariamente compras governamentais. A expectativa é de que esse efeito seja revertido na leitura do PIB do primeiro trimestre de 2026, com a normalização das atividades do setor público. Desconsiderando esse fator temporário, as medidas subjacentes do PIB seguem apresentando dinâmica relativamente positiva. O consumo permanece resiliente, sustentado principalmente pelos gastos das famílias de maior renda, enquanto os investimentos continuam sendo impulsionados pelos elevados dispêndios em infraestrutura de inteligência artificial realizados por grandes empresas de tecnologia. Em paralelo a esse ambiente de incerteza global, observamos ao longo dos últimos meses um movimento relevante de desvalorização do dólar, acompanhado pela saída de investidores de ativos americanos. Esse movimento tem beneficiado de forma relevante os mercados emergentes, incluindo o mercado acionário brasileiro, por meio de forte entrada de capital estrangeiro. Investidores globais têm buscado maior diversificação geográfica em um ambiente de maior incerteza em relação à economia americana. Esse fluxo também tem sido direcionado para economias com maior exposição a commodities, como é o caso do Brasil. Como o mercado brasileiro é relativamente pequeno em comparação ao mercado americano, mesmo movimentos moderados de fluxo podem gerar impactos significativos sobre o desempenho dos ativos locais. A continuidade desse movimento impactou positivamente a bolsa de valores brasileira no mês de fevereiro. Enquanto o fluxo estrangeiro permanecer favorável para mercados emergentes, os ativos brasileiros tendem a continuar se beneficiando.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

No caso brasileiro, o enfraquecimento do dólar também tem contribuído para um ambiente mais favorável para a inflação. A leitura do IPCA de janeiro não trouxe surpresas relevantes, com o principal impacto altista concentrado no subitem combustíveis em função da elevação do ICMS. Em fevereiro, a divulgação do IPCA-15 veio acima das expectativas do mercado. No entanto, parte relevante desse movimento pode ser explicada por fatores sazonais, como o início do ano letivo, reajustes de passagens aéreas e aumentos nas tarifas de transporte público urbano. De forma geral, os índices correntes e as expectativas de inflação vêm apresentando uma dinâmica mais favorável, convergindo gradualmente em direção à meta. Esse processo tem fortalecido a confiança do Banco Central do Brasil para iniciar um ciclo de cortes de juros nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária. As expectativas de melhora da inflação e a sinalização de início do ciclo de cortes de juros foram fundamentais para aliviar a curva de juros brasileira no mês. Como consequência, os índices de renda fixa prefixados e indexados à inflação apresentaram desempenho positivo no período. Ainda assim, as incertezas adicionais no cenário global adicionam uma camada extra de risco que tende a limitar movimentos adicionais de fechamento da curva de juros, principalmente nos vértices mais curtos. Ainda assim, o ponto central para os investidores segue sendo a evolução do conflito no Oriente Médio e seus potenciais impactos sobre os preços de energia. Caso o preço do petróleo permaneça elevado por um período prolongado, os efeitos inflacionários podem levar o Banco Central a adotar uma postura mais cautelosa ao longo do ciclo de flexibilização monetária.